

## **Introdução**

Um dos elementos constitutivos e constituintes no processo de formação em Serviço Social, estabelecido nas diretrizes curriculares é o desenvolvimento da pesquisa. Compreendendo a pesquisa como um instrumento de análise e reflexão crítica da realidade social, possibilitando subsidiar e colaborar na atuação profissional do/a assistentes sociais, a partir dos princípios éticos e políticos estabelecidos pela categoria profissional.

Embora haja um grande avanço na não dissociação entre teoria e prática, bem como na academia e nos espaços sociocupacionais de atuação do/a assistente social, ainda, existem afirmações e entendimentos de que a pesquisa restringe somente ao espaço da academia, portanto:

A pesquisa longe de ser um luxo intelectual é uma necessidade de realização consequente da profissão e condição de possibilidade de rupturas com atitudes e práticas voluntaristas, tópicas e impensadas. Isso porque a pesquisa é parte integral e intrínseca da profissão; por isso, não pode ser dispensada, sob pena de esvaziar o Serviço Social de pertinência científica e, portanto, de status de profissão de nível superior que se apoia em embasamento teórico nutrido por contínuas e sistemáticas investigações da realidade (PEREIRA, 2005, p. 18).

Nesse sentido, a proposta de pesquisa apresentada parte da continuidade das discussões do Grupo de Estudos em Proteção Social, que tem como objetivo de analisar as condições de (Des)Proteção das Famílias Tocantinenses a partir de dados censitários e estatísticos das famílias e dos Serviços Sociais ofertados nas Políticas Sociais brasileiras, como proposta de ofertar a proteção social.

Entendendo a necessidade de conhecer as especificidades do estado do Tocantins, que entre os estados brasileiros é o mais novo na federação, pois é resultante do movimento de separação do estado de Goiás. O Tocantins pertence a região norte do país, compondo com outros estados a região da Amazônia legal.

Assim o projeto de pesquisa que ora se apresenta busca conhecer, refletir sobre a condição de (des) proteção das famílias que residem nesse território que é o estado do Tocantins.

## **1. Título do Projeto**

Proteção Social e Família: As condições de (Des) Proteção Social das Famílias Tocantinenses.

**2. Problema:** Quais as condições de (Des) Proteção das Famílias Tocantinenses.

### **3. Objetivos**

#### 3.1 Objetivo Geral

- Analisar as condições de (Des) Proteção Social das Famílias Tocantinenses.

#### 3.2 Objetivos Específicos

- Levantar dados censitários das Famílias Tocantinenses;
- Mapear a oferta de serviços de (des) proteção social à Famílias Tocantinenses;
- Identificar as condições de (des) proteção social das famílias Tocantinenses;

### **4. Referencial Teórico**

Parte-se da compreensão de que proteção tem sua origem no latim “protectione”, que em seu sentido stricto é realizar o ato de proteger, dar atenção, guarda de algo, defesa a algo, impedir sua destruição, apoiar pela sua continuidade, assim “[...] a ideia de proteção contém um caráter preservacionista, não da precariedade, mas da vida” (Sposati, 2009; p. 21). Nessa situação associa-se ao sentido de proteção à condição social que exige um sentido de proteção relacional e de condições básicas para o desenvolvimento e vivência humana.

Para Di Giovanni, “não existe sociedade humana que não tenha desenvolvido algum tipo de proteção social” (1998; p. 08), entende-se que para proteger parte ou o conjunto da sociedade, dos riscos naturais e sociais existentes. Assim, como o grupo familiar, os sistemas de proteção social diferem de acordo com as condições culturais, econômicas e sociais de cada sociedade, como também das suas especificidades regionais.

Contemporaneamente há uma referência à Proteção Social, como dever partilhado, no entanto, com responsabilidade de proporcionar do Estado à famílias e indivíduos trabalhadores, que a lógica neoliberal mercantil não dissocia a política de proteção social, da econômica financeira, resultando em um contrassenso, que “[...] mostra-se como confronto de regras do capital, da acumulação, pois confere

significado de igualdade em uma sociedade que, pelas regras do mercado, é fundada na desigualdade” (SPOSATI, 2013; p. 661).

Diante à proposta desenvolvimentista do capitalismo monopolista e concorrencial, para manter uma “certa ordem” o Estado “assume” a responsabilidade pela Proteção Social a sociedade, no entanto, entendendo que a proteção deva ser destinada apenas, aos que estão economicamente ativos cabendo a estes estende-la aos seus dependentes, no caso de crianças e adolescentes, que não estão ainda em idade para o trabalho e os idosos que já não possuem mais condições para exercerem atividades remuneradas. Mas, há que considerar que no sistema de produção capitalista, para sua plena expansão não consegue garantir a inserção de todos os indivíduos em idade de exercer funções econômicas no mercado de trabalho, impossibilitando os acessos aos serviços e atendimentos de proteção social estabelecidos pelo Estado, que segue uma lógica interclassista, com interesses antagônicos:

[...] atender necessidades sociais como questão de direito ou de justiça, contando com recursos econômicos escassos porque, de acordo com a lógica capitalista, a riqueza deve gerar mais riqueza e, portanto, ser investida em atividades economicamente rentáveis (PEREIRA, 2013; p. 637).

Mesmo com o estabelecimento um sistema público de proteção, permite a reflexão que mesmo com “[...] a existência e a constituição de sistemas de proteção desta natureza não excluem a persistência ou a constituição de outras formas de proteção [...]” (Di Giovanni, 1998; 12), isso não significa que, as formas mais tradicionais de proteção social como a família deixam de existir. Ao contrário, com a tendência de um Estado neoliberal<sup>1</sup>, a família tem sido convocada, cada vez mais, a assumir responsabilidades para garantir a proteção aos seus membros, claro que em um processo histórico, como a situação brasileira, em que nunca vivemos um “Estado de Bem-Estar-Social” existe hoje uma tentativa de proteção, no entanto, há raízes do familismo e da tutela enraizados na propositura das políticas sociais, na lógica de que não se pode propor toda a completude dos serviços, para não gerar uma dependência, assim, coloca a família como responsável pela provisão dessa completude, mas que, na maioria das vezes, a mesma não possui condições materiais e orientações objetivas para realiza-las.

Todo o discurso sobre a importância da proteção social na lógica liberal e neoliberal, vem associado à lógica do Trabalho, e esse por sua vez, ao trabalho assalariado aquele que como já referenciava Marx, trabalho assalariado que propicia alienação e mais valia, produtos contrários do reconhecimento da

---

<sup>1</sup> Entendendo que um Estado neoliberal como um Estado com maior investimento no mercado econômico financeiro e com poucas ou nenhuma atenção às atenções sociais que demanda uma sociedade.

cidadania e da emancipação humana, entendendo que nessa concepção de trabalho que explora e aliena contrapõe a lógica de trabalho também como um direito humano e o coloca como mais um auxiliar da manutenção da lógica acumuladora do capital.

Seguindo a lógica da proteção social a partir do trabalho assalariado, o Brasil, na sua trajetória no que tange ao desenvolvimento das políticas sociais, possui peculiaridades e complexidades diversas uma proteção social, baseada na política de previdência social, política vinculada ao âmbito do trabalho, em que o acesso desenvolve-se por categorias profissionais atingiam o “direito a proteção social” advinda do trabalho, constituindo o que Wanderley Guilherme dos Santos (1998) conceitua de cidadania regulada, em que o Estado passa a reconhecer como cidadão de direitos protetivos, somente àqueles vinculados ao trabalho.

Somente com a Constituição Federal de 1988, estabelece, a Seguridade Social brasileira, uma proposta de garantia de Proteção Social, por intermédio de políticas sociais, ainda que restrita à apenas três políticas sociais a previdência social, a saúde e a assistência social, em que, cada qual com suas especificidades no campo do planejamento, organização e gestão, são formas de atender mesmo que não na totalidade a população brasileira, colocando em pauta na agenda pública a proteção social à indivíduos e famílias.

No Brasil, quando propõe a discussão de proteção social, há grandes tensões, porque há os que defendem serviços de proteção, por sua vez, está vinculada nas condições de miserabilidade, assim as ações devem ser focalizadas e imediatas. E há também os que defendem a proteção social como algo vinculado ao direito, assim as atenções devem ser na perspectiva de direito social, na concepção da universalidade e da cidadania.

A família sempre exerceu um papel importante na Proteção Social aos indivíduos, no entanto, nas últimas décadas, com a proliferação do individualismo, dos acessos a partir da meritocracia, e com as tendências neoliberais, em que recursos que poderiam ser destinados ao investimento da Proteção Social, são utilizados para os investimentos econômicos e transações mercadológicas, assim é natural que haja um “ressurgimento” ou uma “intensificação” de políticas sociais que chamam atenção à família, ou prevê uma parceria com a família para garantir a Proteção Social.

Assim, embora seja estratégico e econômico contar com a família para potencializar a proteção social oferecida, considerando sua tradicional e cultural função para na reprodução social, há sinais de que a

proteção familiar não pode ser entendida e sobrecarregada para além da sua capacidade (TEIXEIRA, 2012; p. 76).

E na perspectiva de que a família é provedora e receptora de proteção social, cabe ao Estado pensar em estratégias afiançadoras de seguranças sociais que proporcione a proteção social às famílias brasileiras, principalmente ao que tange as políticas sociais redistributivas.

## **5. Metodologia**

Para o desenvolvimento da pesquisa as condições de (des) proteção social das famílias brasileiras a partir dos serviços das políticas sociais de proteção social, requer que o uso da metodologia de pesquisa que facilite a identificação das necessidades das famílias, a ofertas de serviços e dados estatísticos, para atingir os objetivos propostos, resultando na construção do conhecimento.

É possível destacar as prováveis metodologias a serem desenvolvidas na pesquisa, em que a preocupação não restringe em privilegiar apenas os resultados por si mesmos, e sim evidenciar a compreensão das situações indissociáveis de (des) proteções e as relações societárias existente no estado do Tocantins. Para isso o entendimento metodológico mais pertinente é a pesquisa qualitativa, entendendo que a mesma consiste da construção de recursos metodológicos que permitem a construção de instrumentais próprios de análise e reflexão.

Para desenvolver uma pesquisa nessa direção, identificam-se como procedimentos básicos a revisão bibliográfica sobre o tema e análise de dados censitários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas – IBGE e a oferta de serviços nas políticas sociais afiançadoras de proteção social.

### **Cronograma das atividades do Projeto de pesquisa**

<b>Atividades</b>	<b>2017_2</b>	<b>2018_1</b>	<b>2018_2</b>	<b>2019_1</b>
Revisão bibliográfica sobre os temas da pesquisa	X	X	X	
Início da coleta de dados projeto proposto		X	X	
Tabulação dos Dados			X	X
Elaboração de Relatório de Pesquisa				X

## 14 GRUPOS DE PESQUISA

### O que deve aparecer aqui?

Nomes, resumo, nome do coordenador, *link* para página do grupo na plataforma do CNPq e *e-mail* de contato.

#### **Grupo de Estudos e Pesquisas em Proteção Social e Famílias - GEPPSFAM – 2015**

Líder: Rosemeire dos Santos

Link:

[dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/9467011223687163](http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/9467011223687163)

Email do líder: [rosemeire\\_santos@uft.edu.br](mailto:rosemeire_santos@uft.edu.br)

É possível, neste item, vincular pastas do UFT Docs para a disponibilização de projetos e relatórios de pesquisa relacionados a cada grupo.

**Forma de inserção/atualização:** envio de textos para [site@uft.edu.br](mailto:site@uft.edu.br) e/ou publicação de documentos em pastas respectivas no Sistema UFT Docs.